

CORREIO SERRANO

Ascom/Teresópolis



Representantes de mais de 40 municípios na cidade

Prefeituras do Rio debatem cidades inteligentes em Terê

Mais de 40 Prefeituras estão inscritas para o Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes que acontece na próxima quinta no Espaço Cultural Higino. Prefeitos, gestores públicos, especialistas e representantes do setor de tecnologia reúnem-se na próxima quinta-feira (21), em Teresópolis, para debater soluções inovadoras e os caminhos para a transformação digital dos municípios do Estado. Representantes de mais de 40 prefeituras do Estado estão inscritos para o Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes, promovido pela Rede Cidade Digital (RCD), em parceria com o município e apoio institucional do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense e Consórcio Intermunicipal da Região Serrana.

Tecnologia x gestão pública

O encontro debate como a tecnologia pode contribuir para uma gestão pública mais eficiente, conectada e voltada às necessidades da população. A programação contará com palestras, painéis e a apresentação de experiências bem-sucedidas em áreas estratégicas como saúde, educação, gestão urbana, arrecadação, segurança cibernética, inteligência territorial e inovação na administração pública.

Divulgação



Visita foi realizada nesta quarta-feira (13)

Fiscalização no interior

O deputado federal Lindbergh Farias (PT) esteve em Teresópolis, nesta quarta-feira (13), para fiscalizar e acompanhar o andamento das obras no município financiadas pelo Governo Federal e por emendas destinadas pelo parlamentar. Ao lado do prefeito Leonardo Vasconcellos (União Brasil), o deputado visitou as obras de adequação e reforma do prédio que vai abrigar o novo Multi Hospital, batizado de Hospital do Povo de Teresópolis, no centro da cidade. A entrega da unidade de saúde à população está prevista para dezembro deste ano. O orçamento total do projeto é de R\$14 milhões.

Recursos

O imóvel foi desapropriado por R\$1,9 milhão, com 100% dos recursos oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS). Os custos referentes a adaptação do espaço, aquisição de equipamentos e manutenção foram financiados pelo Governo Federal e por emendas parlamentares, em conjunto com a arrecadação realizada pela Loteria Municipal.

Destinação

Parte dos recursos federais foi viabilizada graças à articulação política de Lindbergh para levar mais investimentos ao município. No total, entre 2025 e 2026, o deputado destinou R\$15,3 milhões de verbas de emendas para a saúde de Teresópolis. Desse montante, R\$10 milhões foram para ajudar na construção do Multi Hospital.

A unidade

Outros R\$1,6 milhão para a abertura da segunda Casa do Autismo do município e o restante para inaugurar duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e investir em insumos e equipamentos. O Multi Hospital terá capacidade para 60 leitos, sendo 20 de CTI além de centro cirúrgico e centro de imagem completo.

Demandas

A unidade de saúde receberá as demandas de internação e cirurgia diretamente da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), constituindo um braço importante do serviço médico de emergência. O objetivo é que os pacientes que não conseguirem vaga para internações sejam transferidos, em no máximo 48 horas.

Comitiva

Em seguida, a comitiva formada pelo prefeito, deputado e secretários municipais visitou as instalações que vão receber a sede definitiva do primeiro Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ) de Teresópolis. O campus está sendo construído com recursos do Novo PAC do Governo Federal, com orçamento total de R\$15 milhões.

Capacidade

O local terá capacidade para atender, gratuitamente, cerca de 1.500 alunos em cursos profissionalizantes, técnicos, graduação e pós-graduação. A sede do IFRJ ficará em uma área pertencente à prefeitura que compreende o Estádio Antônio Savattone, no bairro Nossa Senhora de Fátima.

Instituto

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia possui campus em 15 municípios do estado do Rio de Janeiro. Em Teresópolis, o IFRJ está presente desde julho de 2022, com cursos gratuitos na Casa do Trabalhador. Com a chegada do campus, a cidade passará a contar com um polo de educação completo.



Decisão foi publicada no D.O do TCE

TCE mantém multa para ex-secretários de São João da Barra

Contrato de licitação apresentava ilegalidades

Por Redação

O contrato celebrado entre a Prefeitura de São João da Barra e a sociedade empresária TTE Empreendimentos Ltda. - EPP, no valor global de R\$ 4.099.000, para serviços de manutenção, modernização e reforço do sistema de iluminação pública do município, foi considerado ilegal pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em 2022. Na ocasião, gestores e ex-secretários municipais foram multados por irregularidades relacionadas aos termos aditivos do contrato. Dois dos responsabilizados já quitaram os débitos, enquanto outros três seguem inadimplentes perante a Corte.

Em 2022, o TCE analisou o contrato PP 043/2014-01, declarou a ilegalidade dos termos aditivos e aplicou multas a ex-integrantes da gestão municipal. O então secretário municipal de Obras e Serviços, Marcos Antônio de Sá Machado, e o ex-secretário Alexandre Magno Estefan da Motta foram multados em R\$ 16.366 cada, valor equivalente a 4 mil UFIR-RJ, por sucessivas prorrogações contratuais sem comprovação de vantagem econômica para o município.

Já o ex-gerente de Serviços de Iluminação Pública, Degê Fernando Almeida Viana, o ex-coordenador-geral de Obras, Luís Fernando Duarte Aquino, e o responsável pelo edital da licita-

ção, Edmar Jonas Serra Júnior, receberam multas de R\$ 12.274,50 cada, equivalentes a 3 mil UFIR-RJ, pelas falhas apontadas pelo tribunal.

Desses, apenas Luís Fernando Duarte Aquino e Edmar Jonas Serra Júnior quitaram os débitos junto ao TCE. Já Marcos Antônio de Sá Machado, Alexandre Magno Estefan da Motta e Degê Fernando Almeida Viana seguem sem cumprir a decisão. Neste caso, o Tribunal determinou a continuidade dos processos de cobrança das multas pendentes.

As irregularidades

Segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, as irregularidades identificadas no contrato de iluminação pública envolveram sucessivas prorrogações contratuais sem comprovação de que os preços e condições continuavam vantajosos para a administração municipal, além de alterações na planilha do contrato que resultaram na perda da vantagem inicial estimada em 10,84%.

O tribunal também apontou falhas na elaboração do projeto básico e do orçamento estimado, considerados deficientes e imprecisos, o que teria provocado mudanças significativas nos quantitativos e no peso dos itens contratados ao longo da execução. A reportagem está buscando contato com os envolvidos.